



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

116

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO N. 0014578-08.2012.8.17.1130 (323895-3)**

AGRAVANTE: Edmilson Zacarias Silva

ADVOGADO: Ednaldo de Araújo Ferreira

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

PROCURADOR: José Augusto Lima Neto Júnior

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO DE COBRANÇA. ESCRIVÃO DA POLÍCIA CIVIL. DEMISSÃO. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. PEDIDO DE CONVERSÃO EM PECÚNIA. LEI ESTADUAL N.6123/68. ART.131. MODIFICAÇÃO REALIZADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.16/1999. SÚMULA N.61 TJPE. IMPROVIDO O AGRAVO REGIMENTAL.

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Edmilson Zacarias da Silva contra decisão terminativa proferida por esta Relatoria que deu provimento ao apelo para, reformando-se a sentença combatida, julgar improcedente o pleito autoral, com fulcro no art.269, inciso I do CPC, invertendo-se ainda o ônus da sucumbência.

Em suas razões recursais, o agravante sustenta que a decisão guerreada é contrária ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria em questão, a saber, conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada. Por derradeiro, requer a reconsideração da decisão e na sua impossibilidade o provimento do recurso para reformar a decisão terminativa proferida nos autos da Apelação n. 323895-3.

Analisando-se detidamente os autos, verifico que a decisão terminativa hostilizada abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos, expostos a seguir:

"O cerne da presente questão cinge-se a definir se o recorrido faz jus a percepção em pecúnia da licença prêmio não gozada. Deflui do cotejo dos autos que o recorrido fora nomeado em 13/10/94 para o cargo efetivo de escrivão da Polícia Civil, conforme documento de fls. 14. Em 23/11/2004, o apelado completou o tempo necessário para a percepção da licença-prêmio relativa ao primeiro decênio (1994-2004), cuja concessão lhe fora deferida em 25/01/05, segundo o descrito no documento de fls.24. Todavia, conforme Ato n.2944, publicado no Diário Oficial do Estado em 04/10/2008, após regular Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2008-3ºCPD/PC, o recorrido foi demitido do cargo de agente da polícia civil, em razão da prática das transgressões disciplinares previstas nos incisos VII e XLVI do art.31 da Lei n. 6.425/72. Em virtude de sua demissão e diante da impossibilidade de gozar a licença prêmio concedida, o recorrido ajuizou a presente Ação de Cobrança n. 0014578-08.2012.8.17.1130, no intuito de condenar o Estado de Pernambuco a pagar-lhe em pecúnia a licença prêmio não gozada, referente ao primeiro decênio (1994-2004), acrescidos de juros e correção monetária até o efetivo adimplemento. No



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

entanto, à luz da legislação aplicável ao caso, verifico que o pedido do recorrido não merece prosperar. Explico. A Lei n. 6.123/68 assegurava ao servidor público estadual a licença prêmio de 06 (seis) meses por decênio, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo. Com o advento da Lei Complementar Estadual n. 13/90, foi incluída a possibilidade do servidor receber o valor das licenças-prêmio não gozadas, em caso de falecimento ou aposentação. A Lei Complementar Estadual n. 13/95, institui ainda, a opção de parcelamento do pagamento das licenças-prêmio não gozadas e convertidas em pecúnia, enquanto a Lei Complementar n. 16/96, assegurou o recebimento, pelo servidor, apenas da última licença-prêmio não gozada, quando da aposentadoria. Por sua vez, a Emenda à Constituição Estadual n. 16/1999, modificando a redação do art. 131, suprimiu o direito à percepção da licença-prêmio em pecúnia, *in verbis*: Art. 131. A despesa com o pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exercer os limites estabelecidos em lei complementar federal. § 7º É vedado o pagamento ao servidor público e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro: III - de férias e licença-prêmio não gozadas, salvo, quanto a esta última, por motivo de falecimento do servidor em atividade (Redação alterada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 24, de 19 de setembro de 2005). Na hipótese dos autos, constato que o recorrido preencheu os requisitos para a concessão da licença prêmio em novembro de 2004, ou seja, após a modificação perpetrada pela EC n. 16/99 que vedou a possibilidade de converter em pecúnia a licença prêmio não gozada. De tal arte, caberia ao apelado gozar a referida licença quando estava em exercício, não podendo, após a sua demissão, requerer a conversão desta em pecúnia, sob pena de violação ao texto constitucional estadual. Nesse diapasão, colaciono os seguintes julgados: 1º Câmara de Direito Público Embargos de Declaração no Reexame Necessário/Apeleção Cível nº 0236316-0 (N.P.U. 0046032-66.2010.8.17.0001) Embargante: Iracema Iara Tavares de Lucena Nogueira Embargado: Estado de Pernambuco Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO PARA MODIFICAR A SENTENÇA. APELAÇÃO PREJUDICADA. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA. SÚMULA 61 DO TJPE. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS NAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos; 2. Decisão que enfrentou as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pela embargante; 3. In casu, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado no acórdão vergastado, tendo sido consignado no voto vencedor que a embargante sequer houvera completado o período aquisitivo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

117-

para gozo de referida licença antes da publicação da Lei complementar nº 16, de 08 de janeiro de 1996 (que condicionou o recebimento do valor da última licença-prêmio à aposentadoria do servidor), o que vai de encontro diretamente ao preceituado na Súmula 61 deste Tribunal de Justiça. 4. Embargos de Declaração improvidos. 5. Decisão Unânime. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0236316-0, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado. Recife, 21 de 01 de 2014. Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões 2 12 (ED no RN.AC 0236316-0) Segundo redação da Súmula nº 61/TJPE, o servidor público tem direito adquirido à percepção em pecúnia de licença-prêmio não gozada e não utilizada para contagem em dobro da aposentadoria por tempo de serviço se, quando da vigência da LCE n.16/96, já havia completado o período aquisitivo do benefício. Entretanto, no caso em exame, o recorrido completou o período aquisitivo da referida licença em 2004, o que afasta a aplicação da súmula em comento.

**Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental em Apelação n. 323895-3 em que figuram como agravante Edmilson Zacarias da Silva e como agravado Estado de Pernambuco,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/14

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

118

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO N. 0014578-08.2012.8.17.1130 (323895-3)**

AGRAVANTE: Edmilson Zacarias Silva

ADVOGADO: Ednaldo de Araújo Ferreira

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

PROCURADOR: José Augusto Lima Neto Júnior

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Edmilson Zacarias da Silva contra decisão terminativa proferida por esta Relatoria que deu provimento ao apelo para, reformando-se a sentença combatida, julgar improcedente o pleito autoral, com fulcro no art.269, inciso I do CPC, invertendo-se ainda o ônus da sucumbência.

Em suas razões recursais, o agravante sustenta que a decisão guerreada é contrária ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria em questão, a saber, conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada. Por derradeiro, requer a reconsideração da decisão e na sua impossibilidade o provimento do recurso para reformar a decisão terminativa proferida nos autos da Apelação n. 323895-3.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

**VOTO**

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.95/96 dos autos da Apelação Cível n.323895-3).

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.323895-3. É como voto.

Recife, 23/09/14

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto